

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**GUSTAVO DOS SANTOS BARBOSA**

**RELATÓRIO FINAL**

PROGRAMA DE IC:

PIBIC

PIBIC Af

PIBIC EM

PIBIT

MODALIDADE:

CNPq

UFPR TN

Fundação Araucária

Voluntário

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA E A HABITAÇÃO (1920 - 1930)**

Relatório apresentado à Coordenação de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial da conclusão das atividades de Iniciação Científica - Edital 2021/2022  
Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elizabeth Amorim de Castro

Título do Projeto: As Interfaces entre Modernização, Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio Cultural nas Cidades Paranaenses - (UFPR: 201933753)

**CURITIBA**

2022

## 1. RESUMO

A presente pesquisa de Iniciação Científica teve como objetivo a análise do processo de urbanização de Curitiba e sua relação com a habitação, os princípios e as virtudes do bem viver e bem-morar na década de 1920, a partir do estudo do Palácio Avenida em Curitiba (1929). O trabalho foi dividido em duas etapas, sendo a primeira constituída pela revisão bibliográfica sobre o processo de urbanização e a habitação das cidades europeias e brasileiras, entre o final do século XIX e início do século XX; e a segunda voltada ao contexto curitibano, com a análise da habitação inserida em seu contexto urbanístico e o estudo de caso do Palácio Avenida. Na última etapa foram feitas uma revisão bibliográfica sobre os temas urbanização e habitação em Curitiba; e a pesquisa, sistematização e análise de fontes primárias – como periódicos, fotografias, mapas e desenhos arquitetônicos – sobre o objeto de estudo. O trabalho identificou a importância do Palácio Avenida, que abrigava moradias, unidades comerciais e um cineteatro de grande porte e que foi um precursor de uma nova forma de usufruir a vida urbana, de morar e da verticalização de Curitiba. Constatou-se a relevância da edificação para o contexto urbano do período (1929) inserido nas ideias de progresso e modernização presentes na década de 1920. O edifício apresentou novos programas e tipologias arquitetônicas, além de incorporar moderna técnica construtiva. Sua conformação espacial propõe diferentes usos e características do bem-morar e bem viver, uma vez que o edifício incorporou em seu programa múltiplas funções e materializou a modernidade do período. Com a análise realizada e os resultados obtidos, o presente trabalho buscou contribuir com a historiografia do processo de urbanização e da questão habitacional em Curitiba nos anos de 1920.

**Palavras-chave:** Urbanismo. Urbanização. Cidades. Habitação.

## 2. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização e modernização de Curitiba, acompanhado das transformações na maneira de morar e viver a cidade, insere-se no contexto de expansão urbana e crescimento populacional acometido em todo o mundo na década de 1920. A industrialização iniciada no século XIX atraiu a população rural para os centros urbanos em busca de trabalho e melhores

condições de vida.

Este processo de ampla magnitude provocou inúmeros problemas urbanos, econômicos e sociais, frequentemente relacionados à questão habitacional como: "degradação ambiental, falta de infraestrutura urbana, crescimento, distribuição desigual de renda e recursos, aglomeração humana, promiscuidade, falta de condições higiênicas aceitáveis e degradação material e moral" (ZUCCONI, 2009, p.20). A moradia urbana da população menos favorecida era considerada de forma recorrente como lugar sujo, propício à proliferação de doenças e epidemias, promíscuo e imoral, com graves repercussões para a sociedade (CORREIA, 2004, p.1).

As condições degradantes de moradia, resultantes da aglomeração humana, da carência de infraestrutura e de serviços urbanos, favorecem a proliferação de epidemias e a percepção de que esta situação representa um "perigo social" para toda a sociedade (CORREIA, 2004, p.7). O processo de modernização das cidades, acompanhado de desapropriações nas áreas centrais justificado pelo embelezamento contribui para a deterioração da questão habitacional das classes menos favorecidas, que são obrigadas a morar em regiões cada vez mais periféricas ou em cortiços nos centros urbanos.

Como consequência das degradantes condições, o Poder Público passa a regulamentar a moradia, impondo padrões mínimos para os lotes residenciais, o número de ambientes, suas dimensões e condições de aeração, entre outras imposições (CORREIA, 2004, p.28-29).

Ocorre a reorganização do programa e ambientes da habitação – que atingem não somente a classe dos trabalhadores – com a valorização das áreas social, íntima e de serviço, possuindo funções específicas, independentes entre si e interligados por circulação (CASTRO; POSSE, 2012, p.15). Acompanhada de legislação e Códigos de Obras privilegiando a salubridade e privacidade, foi possível regulamentar a construção de edifícios e habitações como a implantação dessas construções contribuindo para a uniformidade de novos loteamentos segundo Castro e Posse (2012).

Concomitantemente, as ideias de progresso e modernização urbana atingem o âmbito municipal, com a introdução do Planejamento Urbano com

política pública de desenvolvimento, protagonizado pelo Poder Público. Juntamente, multiplicam-se as ações de ordenamento e remodelação da cidade, com a retificação, alargamento e abertura de eixos viários; implantação de infraestrutura urbana, como redes hidrossanitárias, de gás, elétrica, telefônica; e criação de linhas de tráfego e transporte coletivo (ZUCCONI, 2009, p.95).

Entre as ações de ordenamento territorial, estavam a separação de funções no espaço urbano, com o desenvolvimento de áreas comerciais, residenciais, industriais e de lazer, amparada por extensa e minuciosa legislação municipal. A introdução de um zoneamento no planejamento urbano, utiliza de instrumentos de ordenação territorial para normatizar as atividades nas diferentes zonas da cidade, privilegiando a salubridade, a aeração, a insolação, a presença de áreas verdes e, segundo Carpintéro (1997), favorecendo o desenvolvimento ordenado dos centros urbanos. A setorização da cidade é acompanhada das referidas obras de infraestrutura que acarretam a valorização de determinadas áreas do território urbano, em detrimento de outras (WOLFF, 2001, p. 91).

Em todo o Brasil, notoriamente no Rio de Janeiro, a modernização e o progresso vieram acompanhados de campanhas sanitárias e de embelezamento com a remodelação urbana da área central, compreendendo o alargamento e abertura de vias, implantação de infraestrutura e demolição dos edifícios antigos (CARPINTÉRO, 1997, p.55-56).

Com base neste contexto, a presente pesquisa procura caracterizar e analisar a problemática habitacional no processo de urbanização de Curitiba na década de 1920 inserindo o Palácio Avenida – primeiro de apartamentos na cidade – no contexto de progresso e modernização da capital. O referido edifício demonstra significativa importância na concepção de uma nova maneira de morar e usufruir a cidade, conferindo características inovadoras que contribuem para o processo de urbanização da cidade nos anos de 1920.

### **3. REVISÃO DE LITERATURA**

O crescimento populacional, observado desde o século XVIII, estimulado pela Revolução Industrial provocou um significativo empobrecimento da população com o aumento do desemprego e da disparidade de renda

ocasionando no agravamento de questões sociais (HOMEM, 1980, p.20). Atrelado a essas transformações, intensificam-se as condições higiênicas associadas à precariedade habitacional, insalubridade e promiscuidade, motivando concentrações populacionais e favorecendo o crescimento desigual de centros urbanos em detrimento do campo. Ao mesmo tempo, emerge na Europa no século XIX uma cultura do desenvolvimento, a qual, segundo Guido Zucconi (2009), pretende adequar a estrutura da cidade às lógicas próprias do crescimento econômico, fomentando o desenvolvimento dos transportes e a expansão nos intercâmbios que canalizam produtos, recursos e população aos centros produtivos e em alguns nós do sistema de comunicação, provocando significativas transformações urbanas, políticas, econômicas e sociais

Durante o século XIX, ocorrem inúmeras transformações na estrutura tradicional do traçado urbano com a inserção e complementação de eixos viários, projetados para além dos limites do perímetro urbano favorecendo a expansão, o desenvolvimento das linhas de tráfego nas cidades e na implementação do sistema de fluxos hídricos, gás e a defluição de resíduos orgânicos para um retículo subterrâneo (ZUCCONI, 2009). As modificações no espaço urbano objetivam promover desaglomeração, descongestionamento, arejamento, iluminação, drenagem, esgotamento sanitário, arborização, limpeza urbana e abastecimento de água, favorecendo o desenvolvimento urbano com significativo investimento de recursos na implementação e manutenção dos sistemas de infraestrutura nas novas cidades (CORREIA, 2004, p. 27).

Correia destaca as ações realizadas no processo de modificação do espaço urbano:

Tal intervenção realizou-se mediante múltiplas ações, como reformas urbanas, criação de leis e regulamentos, implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, construção de casas populares e campanhas de combate a epidemias. (CORREIA, 2004, p.27).

As preocupações no entorno das modificações, reformas urbanas e o crescimento desordenado da cidade preconizam a introdução de um zoneamento<sup>1</sup>, incorporando elementos de utilização de áreas, volume e altura de edifícios na

---

<sup>1</sup> [...] a divisão da cidade caracterizada em zonas de utilização, o volume e altura dos edifícios [...] (CARPINTÉRO, 1997, p. 89)

separação da cidade em zonas (CARPINTÉRO, 1997, p.89). Tais modificações, permitiram a abertura de praças, lagos, parques e jardins, contribuindo para a livre circulação de mercadorias, transportes e a implantação de preceitos higienistas de aeração e insolação.

Com o crescimento populacional, atrelado à implementação de infraestrutura nas cidades e o aumento nos aluguéis, as áreas centrais convertem-se em zonas cada vez mais proibitivas às classes populares (CARPINTÉRO, 1997, p. 59). Alternativamente à questão habitacional, a população deslocada pelas desapropriações e demolições era precariamente atendida em novos bairros, resultando em degradante acesso do centro à periferia e no agravamento das condições higiênicas, fator que contribui para motivar a atração diferenciada para as diversas zonas da cidade" (CALABI, 2015, p.42).

Calabi observa a necessidade de intervenção por parte do poder público ao analisar as condições de moradia da população empobrecida:

Bairros velhos, tugúrios, casas degradadas comportam índices altíssimos de superlotação, falta de higiene, ordem e moralidade pública discutíveis. Tudo isso impõe a necessidade de uma intervenção pública ou filantrópica, capaz de renunciar, em parte, à renda fundiária, utilizando instrumentos financeiros e empresariais diversos (CALABI, 2015, p. 51).

Frente ao problema habitacional, surgem iniciativas legislativas para construção de casas simples e de baixo custo apoiadas pelo investimento de associações privadas, facilitadas por isenções fiscais e créditos a juros baixos são dirigidas à classe operária para venda ou aluguel, satisfazendo a uma demanda limitada (CALABI, 2015, p.53). Tais ações são realizadas em áreas afastadas do centro da cidade que, concomitantemente, recebe melhoramentos como pavimentação e arborização de vias, normatização de padrões construtivos, regulamentação de uso dos espaços públicos, criação de praças e jardins, entre outros (CORREIA, 2004, p.28).

Acompanhando o processo de modernização e as transformações ocorridas no espaço urbano, o programa de necessidades e o agenciamento espacial da casa são redefinidos. Em conformidade com preceitos higienistas de salubridade e com a valorização da privacidade, são criadas áreas internas, jardins, passam a ser adotados recuos laterais permitindo aberturas em todos os ambientes, além de

porões (CALABI, 2004, p.28). Os princípios higienistas de insolação e aeração, além da separação das atividades sociais, de convívio familiar, íntimas e de serviço (cozinha) são inicialmente adotadas na casa abastada, e incorporadas na normatização da moradia de baixa renda (CALABI, 2004).

### 3.1. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

No Brasil, assim como na Europa, a carência de infraestrutura, a degradação de áreas centrais e as precárias condições de moradia de parte da população, se relacionam ao acelerado crescimento populacional. Ainda, o desemprego, a fome e os altos índices de criminalidade comprometem o desenvolvimento dos centros urbanos e consolidam a proliferação de cortiços, epidemias e doenças infecciosas, atreladas principalmente às condições de insalubridade habitacional na moradia do pobre. (CARPINTÉRO, 1997, p.54).

No Rio de Janeiro, no início do século XX, sob coordenação do prefeito-engenheiro, Pereira Passos, inicia-se uma remodelação do espaço urbano central, com alargamento e abertura de vias, implantação de infraestrutura e demolição dos edifícios antigos. Este processo inclui a demolição dos cortiços, presentes na área, considerados locais de aglomeração humana, de promiscuidade e propagação de doenças infecciosas (CARPINTÉRO, 1997, p.55).

[...] aos cortiços não faltam unicamente ar e luz: a escassez de espaço; a ausência de distribuição racional e arranjos interiores; a péssima qualidade dos materiais de que são construídos; a falta absoluta de drenagem do solo e edifícios; a insuficiência d'água, latrinas e esgotos; a singular convivência que não raro estabelecem os inquilinos com galinhas e porcos; e mais que tudo a aglomeração de indivíduos, só comparável à dos animais nos estábulos, transformam esses tristes abrigos das classes proletárias da Capital do Império em repugnantes pocilgas, que não parecem habitações da pobreza laboriosa, porém antros de miséria e degradação. (CORREIA, 2004, p. 9)

A população, deslocada pelas demolições, necessitava de uma solução que garantisse a proximidade do local de trabalho com o lugar da moradia. Assim, estes trabalhadores encontraram uma solução possível com a construção de casas

nas favelas dos morros próximos ao centro. (CARPINTÉRO, 1997, p.59)

No final do século XIX, começam a ser construídas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro as chamadas vilas operárias que compõem um conjunto de casas higiênicas destinadas a trabalhadores da indústria. "As vilas operárias, na sua maioria, foram construídas em regiões vizinhas às áreas já ocupadas, e em terrenos alagadiços e pouco valorizados nos bairros em que as fábricas já estavam instaladas ou nas proximidades dos rios e das ferrovias (CARPINTÉRO, 1997, p. 68). Como observado por Carpintéro (1997), as moradias operárias são edificadas conforme regulamentação elaborada pela Comissão de Higiene Pública, buscando eliminar as aglomerações e impondo ambientes e dimensões mínimas que assegurassem a separação das atividades domésticas e, conseqüentemente, um novo modo de vida. A maior parte destas casas era implantada no alinhamento frontal do terreno e possuía dois a três quartos, uma sala, uma cozinha, latrina e quintal. (CARPINTÉRO, 1997 p. 68).

O cenário nacional era de progresso e modernidade, acompanhado de transformações na habitação e na cidade com medidas de infraestrutura urbana – alargamento de ruas, pavimentação, redes hidrossanitárias e elétrica, transporte de massa – e remodelação de centros urbanos promovendo o embelezamento e a modernização da urbe. No morar, a regulamentação da moradia, com a definição de padrões construtivos e para os lotes residenciais, além mudanças no código de obras e um aprimoramento construtivo (CORREIA, 2004, p.28-29).

#### **4. MATERIAIS E MÉTODOS**

A presente pesquisa de Iniciação Científica contou com quatro etapas: a caracterização do contexto urbanístico mundial (1ª), brasileiro (2ª) e curitibano (3ª) e a análise do edifício Palácio Avenida (4ª).

As etapas 1 e 2, realizadas no segundo semestre de 2021, consistiram na revisão bibliográfica sobre o contexto urbanístico mundial e brasileiro entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX com ênfase na questão habitacional e a interlocução e interpretações da bibliografia em encontros orientados para a discussão.



No primeiro semestre de 2022 foram desenvolvidas as etapas 3 e 4, compreendendo o contexto urbano curitibano e o processo de modernização da cidade com ampliação da infraestrutura urbana e o aprimoramento do padrão construtivo; e a análise do respectivo estudo de caso sobre o Palácio Avenida. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre os temas urbanismo, urbanização e habitação no final do século XIX e início do XX. Em seguida buscou-se apreender o contexto histórico e urbanístico no Brasil e em Curitiba. Por fim, a pesquisa debruçou-se sobre o Palácio Avenida, construído no final da década de 1920, na área central de Curitiba e buscou caracterizá-lo como expressão da modernidade e da modernização da cidade. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental com a identificação, sistematização e análise de informações sobre o processo de urbanização da cidade, a construção do Palácio Avenida. Foram consultados periódicos, legislação municipal e mensagens e relatórios técnicos dos governos municipal e estadual, datados da década de 1920, além de desenhos e projetos arquitetônicos originais do edifício.

Para apreensão das características arquitetônicas do Palácio Avenida foi realizado o redesenho de sua planta. A ação possibilitou a identificação da setorização do conjunto arquitetônico e o agenciamento espacial dos seus diferentes usos, além do programa de necessidades e dos ambientes que compõem as unidades comerciais e habitacionais. Tal processo permitiu a classificação de tipologias de lojas e apartamentos e o entendimento das inovações programáticas e técnicas trazidas pelo Palácio Avenida.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Curitiba, capital do Paraná, na década de 1920 imerge nas ideias de progresso e modernização que atingiam a toda a sociedade e conduziam as políticas públicas em contínuo desenvolvimento (CASTRO; POSSE, 2012, p.127-128). Com a exploração e processamento da erva mate, a cidade apresenta um período de prosperidade econômica e cultural e recebe grandes investimentos na ampliação e modernização dos equipamentos e infraestrutura urbana – redes hidrossanitária, de energia elétrica e de telefonia, a pavimentação das vias públicas, a ampliação de serviços de limpeza de ruas, coleta de lixo, entre outros – assim como o

melhoramento do padrão construtivo na sua área central (CASTRO; POSSE, 2017, p.12) [Figura 01, anexo].

As ações de modernização ocorrem principalmente na área central [Figura 02, anexo], em especial na Praça Tiradentes e nas Ruas Barão do Rio Branco e XV de Novembro. Nestes logradouros concentram-se as atividades comerciais, culturais, de serviços e as sedes do poder e da administração municipal e estadual. Neste sentido, as ações de modernização realizadas pela Prefeitura nas primeiras décadas do século XX têm ali grande visibilidade, materializando o progresso da capital paranaense. (CASTRO; POSSE, 2012 e 2017).

A Rua XV de Novembro, considerada a “Rua do Ouvidor” curitibana, concentra os principais cafés, jornais e comércios da década de 1920, recebe melhoramentos e intervenções de infraestrutura urbana, de rede hidrossanitária com a substituição da tubulação, a pavimentação, calçamento e arborização de vias, juntamente com a ampliação da linha de bondes com o prolongamento das redes elétricas. (CASTRO; POSSE, 2012, p.41)

Concomitante a tais ações, são construídos imponentes edifícios na Rua XV de Novembro, como a Associação Comercial do Paraná e o Clube Curitibano, contribuindo para o aprimoramento do padrão construtivo e apresentando inovações em relação aos programas de necessidades e às técnicas construtivas\*.

Na gestão do prefeito engenheiro João Moreira Garcez (1920-192), a modernização da área central ganha relevância e “irá inserir definitivamente os princípios de circulação, higiene e embelezamento no planejamento e nas intervenções municipais” (CASTRO; POSSE, 2017, p.19).

Moreira Garcez compreende a circulação e a pavimentação como um “problema palpitante e que mais de perto influe na hygiene e esthetica da nossa capital” (GARCEZ, 1920, p.17), estreitamente relacionado ao conforto da população e à higiene do meio, uma vez que reduz a lama, a poeira e facilita o transporte pelas vias públicas. Considera, ainda, uma dificuldade a pavimentação da área central, com um extenso perímetro de reparo e conservação de ruas (idem, p.29-32). Neste sentido, prioriza tal tema e impõe intervenções significativas, tais como revestimento de ruas e manutenção do calçamento existente que incluirá a substituição do paralelepípedo por asfalto e a ampliação de vias.

Em tal contexto, a Rua XV de Novembro terá profundas transformações,

com o alargamento de parte de seu leito, a implantação do asfalto e a imposição de novos e mais rígidos padrões construtivos.

O alargamento ocorre entre a Travessa Oliveira Bello e a Rua Dr. Muricy, por intermédio da desapropriação de parte dos terrenos do lado par, em 1925 (Decreto Municipal nº 15 e Lei Municipal nº 652, CURITIBA, 1925, p. 31-32). O alargamento tem como justificativa o “crescente movimento de veículos e de pedestres, cada dia mais acentuado nesta Capital, [o qual] se reflete com impressionante progresso no referido trecho, agravando as suas condições de trânsito, o que constitui séria ameaça à comodidade e segurança do público” (idem, p. 36-37) [Figura 03].



Figura 03: Rua XV de Novembro após a pavimentação da via na década de 1920.

Acervo: Casa da Memória da FCC.

O aumento da largura do leito, vem acompanhado da implantação de um novo revestimento, o asfalto, implantado entre as ruas Ébano Pereira e Barão do Rio Branco (GAZETA DO POVO, 1927, p.3). Executado em 13 de outubro de 1926 pela Companhia Auxiliar de Viação e Obras do Rio de Janeiro, o asfalto associado

ao alargamento e alinhamento das edificações integra importantes melhoramentos que resultaria na “commodidade e maior segurança do transito” e na melhoria da “esthetica da cidade” (GARCEZ, 1920, p.90-96). O asfalto da XV de Novembro foi inaugurado com festa no dia 19 de dezembro de 1926 (CRUZ, 1991, p.199). O conforto e mudanças nos hábitos da população, bem como o embelezamento da urbe relaciona-se estreitamente à moderna pavimentação. A imprensa ressalta a modernização materializada na pavimentação das ruas:

Os grandes benefícios e facilidades que no trânsito veio trazer o asfaltamento da nossa principal via publica todos estão aquilatando diariamente, afora a impressão lisonjeira que oferece ao visitante, encarecendo o nosso evoluir contínuo. (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1928. Anno II, nº9)

Para o alargamento do leito da Rua XV de Novembro, as edificações do lado par são demolidas, possibilitando uma renovação da paisagem. As novas construções obedecem ao padrão construtivo mais elaborado, imposto pela Lei Municipal nº 480/1917, que estabelece: “os prédios que se tiverem de construir na Rua 15 de Novembro entre a Associação Comercial até a Avenida Coronel Luiz Xavier devem possuir três ou mais pavimentos (CURITIBA, 1918, p.7). Tais parâmetros foram complementados pelo Código de Posturas de 1919 que definiu dimensões mínimas para o pé direito de cada pavimento, para as aberturas e a espessura das alvenarias, assim como a obrigatoriedade da presença de platibandas e sistema de captação de águas pluviais. Ainda impôs a apresentação do “projeto completo da obra e de todas as suas dependências, em desenhos cotados e feitos de acordo com as convenções usuais” (CURITIBA, 1919). Ou seja, as ações referentes à melhoria e modernização da circulação urbana são acompanhadas por medidas de aprimoramento construtivo e, conseqüentemente, de embelezamento da cidade (CASTRO; POSSE, 2017).

Entre as edificações que apresentam tal aprimoramento construtivo, destaca-se a reconstrução do Palacete Mueller, alvo da demolição no processo de alargamento da Rua XV de Novembro. O projeto do novo edifício de comércio e residência, assinado pelo engenheiro civil Eduardo Chaves, em 1925, obedece às novas exigências estabelecidas para a construção de edifícios na área central da cidade [Figuras 03 e 04]. Nas plantas das Figuras 04 e 05, indicam-se as paredes a serem demolidas, liberando 5,80m da largura original do edifício para o alargamento da Rua XV de Novembro.

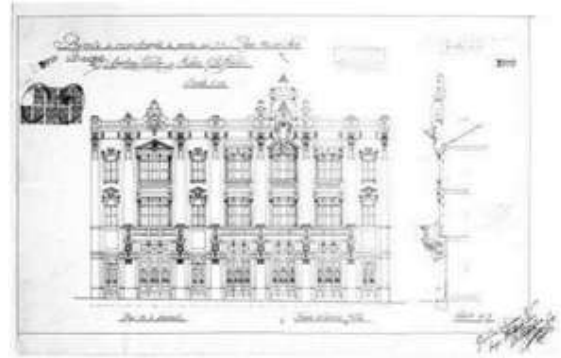
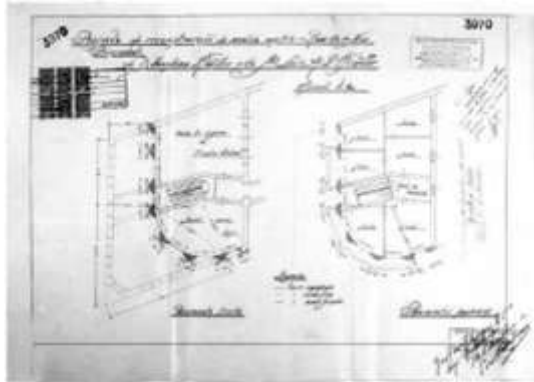


Figura 04: À esquerda, planta do pavimento térreo do Palacete Mueller com a indicação da demolição parcial da antiga edificação devido ao alargamento da rua XV de Novembro.

Figura 05: Fachada do Palacete Mueller.

Fonte: CHAVES, 1925

Desde o início do século XX, observa-se que a legislação, sobretudo na área central, a verticalização, e o aprimoramento construtivo e compositivo. Por conta de sua mais complexa elaboração e execução técnica, o edifício em altura será considerado mais moderno e condizente com a valorização contínua desta área promovida pelas ações públicas. Castro e Posse (2017, p.51) observam que os “monstrenhos”, construções térreas consideradas antigas e decadentes, presentes na área central da cidade, são veementemente criticados e paulatinamente demolidos. A modernização envolve, portanto, uma renovação urbana. A Figura 06 apresenta tal perspectiva na medida que o periódico de 1927 mostra que o “progresso” da cidade está associado à derrubada de antigas edificações, sua substituição por novas estruturas e a implantação de infraestrutura e serviços condizentes com o novo padrão de vida.



Figura 06: Substituições das antigas residências térreas ou "monstrenços" no centro da cidade, dando espaço à novas edificações que obedecem ao moderno padrão construtivo.

Fonte: Os progressos da nossa cidade, 1927, p.26.

O contínuo processo de modernização, que ocorre sobretudo na Rua XV de Novembro, é acompanhado por um recorrente enobrecimento de atividades. Com as obras de ampliação e pavimentação concluídas, a Rua XV de Novembro passa a dispor da infraestrutura necessária para o processo de verticalização e a implantação de sofisticados edifícios, entre os quais destaca-se o Palácio Avenida, primeiro edifício de apartamentos de Curitiba.

Implantado na Avenida Luiz Xavier, prolongamento da Rua XV de Novembro [Figura 07, anexo], o edifício propõe uma mudança nos hábitos e na maneira de morar, apresentando um inovador programa de necessidades que contempla o uso habitacional, de entretenimento e lazer e a prestação de serviços. Apresenta também um sofisticado padrão construtivo – com o uso do cimento armado e a presença de elevador, por exemplo – e modernas instalações que compõem a expressão da modernidade na Rua XV de Novembro [Figura 08].



Figura 08: Palácio Avenida após sua construção em 1929. Fonte: SCHWINDEN, 1991.

Encomendado pelo imigrante libanês Feres Merhy, o empreendimento tem a contribuição de vários profissionais: o arquiteto Valentim Freitas, com o projeto da fachada; Fernandino d'Assumpção Oliveira, responsável pelo projeto do cine-teatro; Amadeu Bicho, mestre de obra; e a empreiteira Bertolo Bergonse & Cia com reconhecida experiência e mão-de-obra qualificada, que executa a obra (SCHWINDEN, 1991). A construção teve início em 24 de junho de 1926 e, três anos depois, em 24 de junho de 1929, o Palácio Avenida é inaugurado [Figura 10, anexo].

Trata-se de uma edificação de grande porte, que ocupa uma área aproximada de 15.000m<sup>2</sup>. Suas fachadas principais têm comprimentos de 39,29m (Avenida Luiz Xavier) e 48,27 m (Travessa Oliveira Belo). A construção obedece ao alinhamento predial proposto sob decreto pela prefeitura de Curitiba em abril de 1925 para a Rua XV de Novembro no trecho compreendido entre a Alameda Dr. Muricy e Avenida Luiz Xavier.

A construção está dividida em dois grandes blocos, separados entre si: 1- habitacional e prestação de serviços e 2- entretenimento e lazer [Figura 09]. Em ambos, foi utilizada a alvenaria de tijolos como elemento de vedação. O primeiro conta com estrutura em cimento, técnica ainda pouco usada e que exigiu o acompanhamento do projetista durante a sua execução. Já o segundo bloco

apresenta uma estrutura metálica. (Casa da Memória).

O Bloco 01 contempla os setores de comércio e de prestação de serviços (no térreo) e habitacional (nos demais pavimentos); e o Bloco 02, o setor de entretenimento e lazer [Figura 09 e Figura 11, anexo].

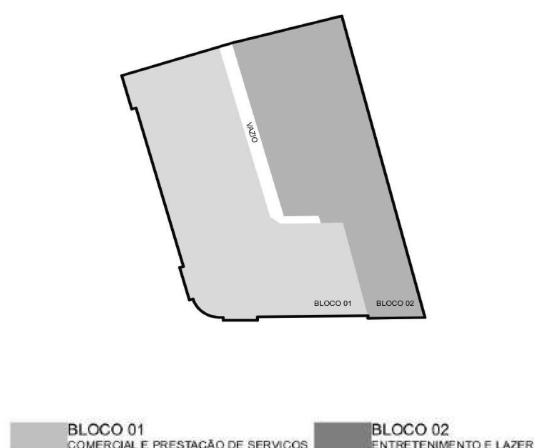


Figura 09: Setorização do Palácio Avenida a partir da análise do projeto original. Fonte: o autor, com base na planta original.

O Bloco 01, no térreo, abriga oito unidades de comércio e de prestação de serviços, além do acesso aos pavimentos superiores, com um pé direito de seis metros. Estas unidades distribuem-se ao longo da Avenida Luiz Xavier e da Travessa Oliveira Bello e apresentam três diferentes tipologias, agrupadas conforme dimensões e acessos (quantidade de portas), conforme Tabela 01. A menor unidade dispõe de uma porta de acesso, seguido da intermediária com 2 portas e 9 portas a maior unidade, de esquina, com a possibilidade de se transformar em duas salas comerciais. Todas as unidades são equipadas com instalação sanitária.

**TABELA 01 – TIPOLOGIAS DAS UNIDADES DE COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO BLOCO 01 DO PALÁCIO AVENIDA**

TIPOLOGIA COMERCIAL	ACESSOS (Nº DE PORTAS)	INSTALAÇÃO SANITÁRIA	QUANTIDADE DE UNIDADES
TIPOLOGIA 01	1 PORTA	1 I.S.	1 UNIDADE
TIPOLOGIA 02	2 PORTAS	1 I.S.	6 UNIDADES



TIPOLOGIA 03*	9 PORTAS	2 I.S.	1 UNIDADE
---------------	----------	--------	-----------

\* Possibilidade de transformar em duas unidades comerciais.

As oito unidades de comércio e de prestação de serviços do Palácio Avenida abrigaram o Restaurante Guairacá, o Café Alvorada e a Casa Combate, locais muito frequentados na cidade, que fizeram parte do cotidiano de seus habitantes (Casa da Memória). A Figura 12 ilustra a movimentação e o trânsito de pessoas no entorno do edifício.



Figura 12: Na imagem, a movimentação em frente a Casa Combate, comércio que ocupa uma das salas comerciais do Palácio Avenida. Fonte: SCHWINDEN, 1991.

Nos três pavimentos superiores do Bloco 01, estavam distribuídos vinte e sete apartamentos. Seu acesso era realizado no térreo, pela Travessa Oliveira Bello, por intermédio de uma escada e de um elevador. Em todos os pavimentos, um corredor, voltado para um alongado e estreito vão central, realizava a circulação para os diversos apartamentos. Estes possuíam aberturas para o corredor, permitindo a ventilação dos ambientes internos.

Os apartamentos estavam divididos em quatro tipologias [Tabela 02] e contavam com dois ou três dormitórios, sala de visitas, sala de jantar, cozinha, lavanderia e instalações sanitárias. Os ambientes eram distribuídos ao longo de um corredor.

As unidades com maior área útil possuíam três quartos e ambientes mais amplos e estavam voltadas para a Avenida Luiz Xavier, uma das mais importantes avenidas de Curitiba na década de 1920. Já as de menor porte, com dois dormitórios e cômodos menos espaçosos, voltam para a Travessa Oliveira Bello. A hierarquia urbana, portanto, refletia-se na distribuição dos apartamentos do Palácio Avenida.

Os apartamentos contam com aberturas voltadas para as fachadas externas, para o corredor interno e para os poços de ventilação. No primeiro e no segundo pavimentos, nas fachadas externas, elas eram do tipo porta-janela e se abriam para pequenos guarda-corpos em cimento armado. No terceiro pavimento não havia guarda-corpos e as aberturas eram do tipo janelas. As esquadrias eram de madeira, com bandeiras em arco. As janelas voltadas para o corredor e para um dos sete poços de ventilação existentes no interior do edifício atendiam a legislação vigente, mas proporcionam uma ventilação reduzida.

O agenciamento espacial dos ambientes internos nos apartamentos não era orientado pela divisão de setores social, íntimo e de serviço, característica que começa a tomar corpo somente no final dos anos de 1940 (CASTRO; POSSE, 2017).

**TABELA 02 – TIPOLOGIA DOS APARTAMENTOS COM A RELAÇÃO DE AMBIENTES**

TIPOLOGIA	DORMITÓRIO	SALA DE VISITAS	SALA DE JANTAR	LAVANDERIA	INST. SANIT.	OUTROS AMBIENTES*
UNIDADE A	02	01	01	01	01	-
UNIDADE B	03	01	01	01	01	-
UNIDADE C	03	01	01	01	01	01
UNIDADE D	03	01	01	01	01	-

\*Alguns ambientes não puderam ser identificados e por isso não se enquadram nas categorias social, íntimo e de serviço.

Os apartamentos no Palácio Avenida, além do uso habitacional, abrigavam alfaiatarias, consultórios médicos e escritórios, como mostram os jornais da década de 1920 [Figuras 13 e 14, anexo]. Sua localização central e seu grande porte, atraem não só moradores, como profissionais liberais e prestadores de serviço, que buscavam não só a proximidade com seus clientes, mas também a associação com o prestígio e a modernidade do Palácio Avenida.

No Bloco 02 encontrava-se o Cine Teatro Avenida, considerado a mais luxuosa sala de espetáculos do país. Na Avenida Luiz Xavier, uma imponente marquise metálica demarca o seu acesso [Figura 15, anexo]. O hall de entrada era de amplas dimensões. "Ao fundo, um largo portal ladeado de colunas dava entrada para a platéia. Nas laterais, lances de escadarias em mármore. O da esquerda levava ao balcão superior" (Casa da Memória).

O cine-teatro tinha aproximadamente vinte e três metros de comprimento, dezoito metros de largura e vinte e um metros de altura. "A boca do palco possuía quatorze metros de largura, onze metros de altura e vinte e quatro metros de profundidade. Trinta camarins eram acomodados em um volume com com a possibilidade de duplicar a construção. Dispunha ainda de duas cabinas em cimento armado, ambas com porta de aço isolante, à prova de fogo, localizadas ao fundo do palco e na segunda platéia. Sob o palco, um generoso porão ladrilhado fora utilizado como depósito dos materiais das companhias contratadas" (CASA DA MEMÓRIA)

O Cine Teatro Avenida possuía 900 lugares, distribuídos na plateia, frisas, camarotes e segunda plateia [Figura 16, anexo]. A iluminação e instalações elétricas foram entregues à empresa Gastão Chaves & Cia que instalou uma iluminação indireta na abóbada do teatro com globos opalinos. "Na marquise, brilhavam as palavras "Theatro Avenida" (Casa da Memória).

O Cine Teatro Avenida estava equipado com os mais modernos aparelhos garantiam maior qualidade em suas projeções, sendo considerado por veículos de comunicação do período como o "Templo Máximo da Arte falada e Sonora". Os anúncios nos periódicos exaltavam a qualidade de sua construção e de seus modernos aparelhos. (Casa da Memória) [Figura 17, anexo].

O Palácio Avenida, com seu grande porte, seus múltiplos pavimentos e sua multiplicidade de usos (habitacional, comercial, prestação de serviços e lazer),

materializa o progresso na cidade. O edifício de modernas características construtivas, situa-se em uma das principais avenidas da capital e dispõe do conforto da infraestrutura urbana. "Residir, ter uma loja ou um escritório neste 'sumptuoso edifício' significa usufruir do conforto, contar com toda a infraestrutura urbana, luz, água encanada, telefone e rua asfaltada e dispor das principais lojas, dos mais renomados médicos, dos serviços essenciais, dos clubes, dos cinemas e dos teatros ao seu redor" (CASTRO; POSSE, 2017) [Figura 18].



Figura 18: Bonde elétrico, asfalto e demais infraestruturas que atingem o Palácio Avenida. Fonte: SCHWINDEN, 1991.

Acompanhado da pavimentação, alargamento da Rua XV de Novembro e as novas construções, o Palácio Avenida insere-se no processo de modernização da cidade, representando a expressão do moderno em Curitiba. As características expressas no edifício serão referência para novas edificações, principalmente até 1943, demonstrando a importância do Palácio Avenida na transformação do espaço urbano de Curitiba.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo o processo de modernização de Curitiba e as ideias de progresso que fundamentaram as políticas públicas de desenvolvimento, reconhece-se a importância do Palácio Avenida no aprimoramento das técnicas construtivas e na introdução de uma diferente forma de morar e usufruir a cidade, se afirmando como peça importante na modernização da cidade.

Na década de 60, o local começou a perder visitantes. A concorrência na região era cada vez maior e o Cine Avenida não conseguiu manter a sua alta frequência de outrora. O cinema, que era muito conhecido pelas suas exibições de “filmes de faroeste”, começava a caminhar para o seu fim (CRISTO; MIYAKAMA, 2010).

Entretanto, até os dias atuais, o Palácio Avenida permanece imponente na memória da cidade, representando o progresso que outrora movimentou o centro da cidade. O edifício atrai olhares de quem quer que circule o calçadão da Rua XV de Novembro com a sofisticação do estilo eclético.

O Palácio Avenida, atualmente passa por um processo de restauro de sua fachada e abriga a sede de uma instituição financeira, deixando para trás o caráter habitacional. Contudo, o edifício promove atividades de cunho cultural com o Espetáculo de Natal do Palácio Avenida, importante e reconhecido evento na cidade, mantendo na memória os dias de glória do edifício que introduziu em Curitiba uma nova maneira de viver a cidade.

## 7. REFERÊNCIAS

ALMANACH DO PARANÁ. **"Anúncio ocupação Palácio Avenida"**. Curitiba, 1929.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Editora Presencial, 1987. (p. 13-31).

CALABI, Donatella. **História do Urbanismo Europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2015. (p. 41-62).

CARPINTERO, Marisa Varanda T. **A construção de um sonho. Os**

**engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. (p. 53-103 e 105-163).

CASTRO, E. A.; POSSE, Z. C. S. **As virtudes do bem-morar.** Curitiba: Edição das Autoras, 2012.

CHAVES, Eduardo Fernando. **Projecto para reconstrucção do prédio da Sra. Ernestina Müller e do Snr. Luiz A. G. Müller na Rua XV de Novembro.**

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do Habitat Moderno no Brasil (1870-1950).** São Carlos: RiMa, 2004. (p. 25-45 e 47-57).

CRISTO, Luciana; MIYAKAMA, Nivea. **24 Quadros: Uma viagem pela Cinelândia de Curitiba.** Curitiba: Travessa dos Editores, 2010.

CRUZ, A. A. **João Moreira Garcez.** Um homem que se superou no seu tempo. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1991. p. 199.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010. (p. 67-117).

GAZETADOPOVO. **A Mensagem do prefeito Moreira Garcez.** Curityba: 4 de maio de 1927. Anno IX. p.3. Posteriormente, em março de 1927, conclui-se o asfalto até a Praça Osório.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **Higienópolis, grandeza e decadência de um bairro paulistano.** Série História dos Bairros, n. 17. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1980. (p.19-32 e 59-116).

LEIS, DECRETOS e ACTOS DE 1917 e orçamento para 1918. **Lei Municipal nº 480,** de 26 de abril de 1917. Curityba: Typ. d'A Republica, 1918. p. 7;

LEIS, RESOLUÇÕES, DECRETOS, ACTOS DE 1919. **Lei Municipal nº 527,** de 27 de janeiro de 1919. Seção III – Predios em geral, art. 46, p. 12-13. Curityba: Typ. d'A Republica, 1921. p. 4-64.

**Matéria sobre o Palácio Avenida e seu teatro em 1929.** In: ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curityba: abril de 1929. Anno III, nº 4.

**Mensagem do Prefeito João Moreira Garcez,** abril de 1920. op. cit. p.90-96.

**Mensagem do Prefeito João Moreira Garcez**, dezembro de 1920. op. cit. p.29-32.

“Os progressos da nossa cidade” em 1927. In: GAZETA DO POVO. **Os progressos da nossa cidade**. Curitiba: 3 de fevereiro de 1927. Anno IX, Número do 8º Aniversário. p. 36.

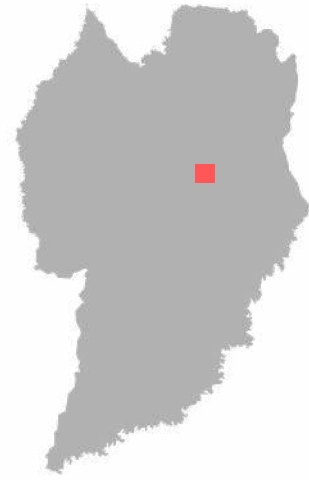
SCHWINDEN, A. **Palácio Avenida**. Curitiba: Casa de Idéias Editora, 1991.

WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. **Jardim América. O primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura**. São Paulo: EdUSP, 2001. (p. 51-71 e 73-102).

ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

# PALÁCIO AVENIDA

E o processo de urbanização de Curitiba



Contextualização de Curitiba. Fonte: o autor



Figura 7: Situação terreno de implantação Palácio Avenida. Fonte: IPPUC

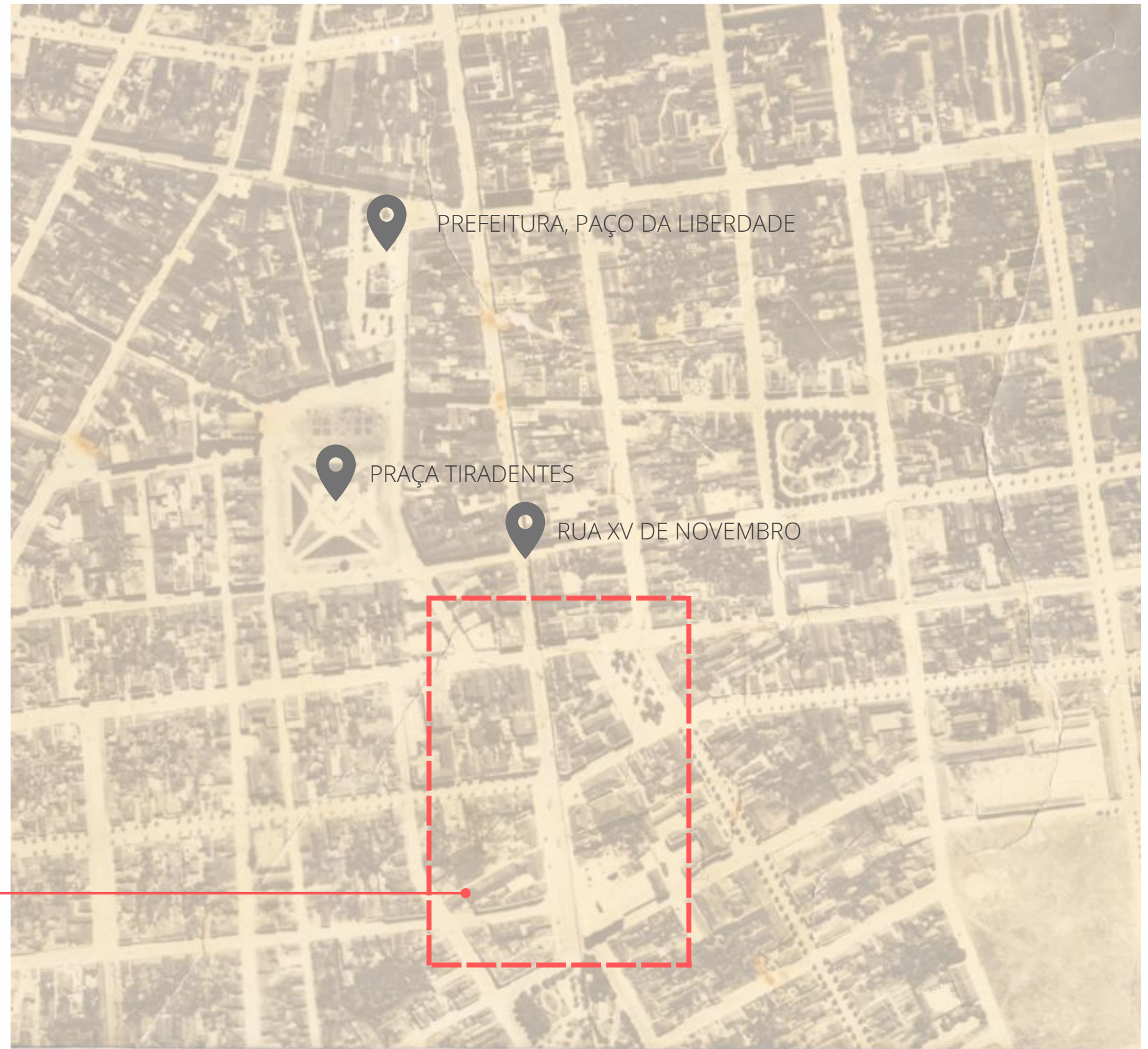


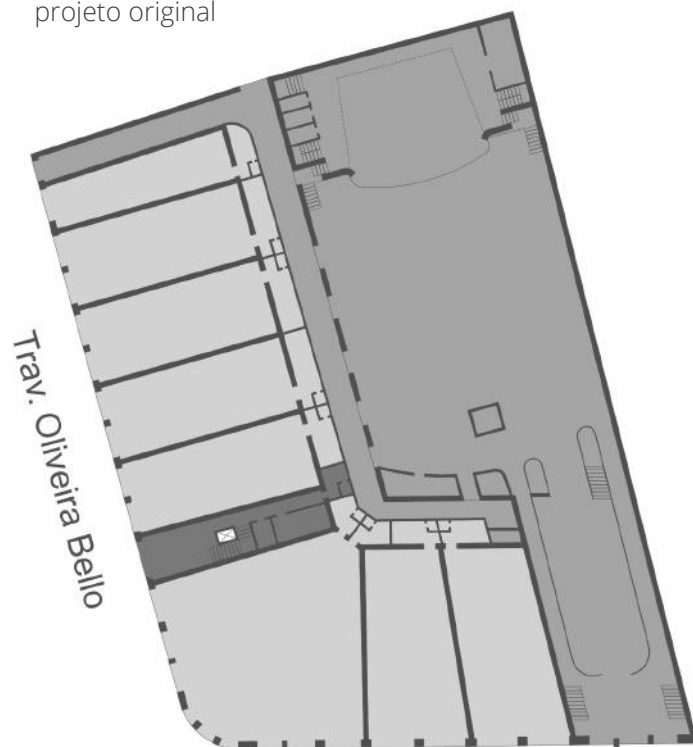
Figura 2: Situação área central de Curitiba em 1927. Fonte: IPPUC



# PALÁCIO AVENIDA

E o processo de urbanização de Curitiba

Figura 4: Setorização térreo. Fonte: o autor, base projeto original

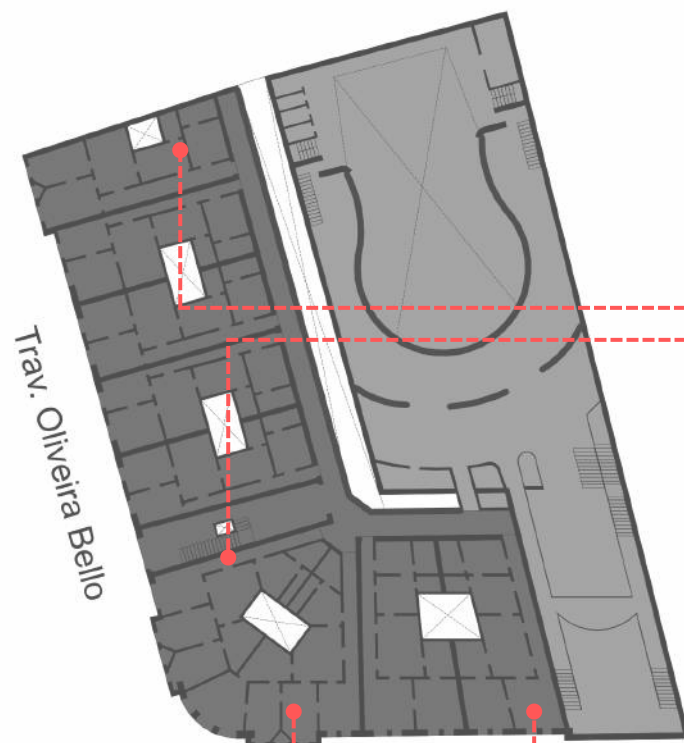


Residencial

Entretenimento e Lazer

Prestação de Serviços

Figura 11: Setorização Pavimento Tipo. Fonte: o autor, base projeto original



Avenida Luiz Xavier

Avenida Luiz Xavier

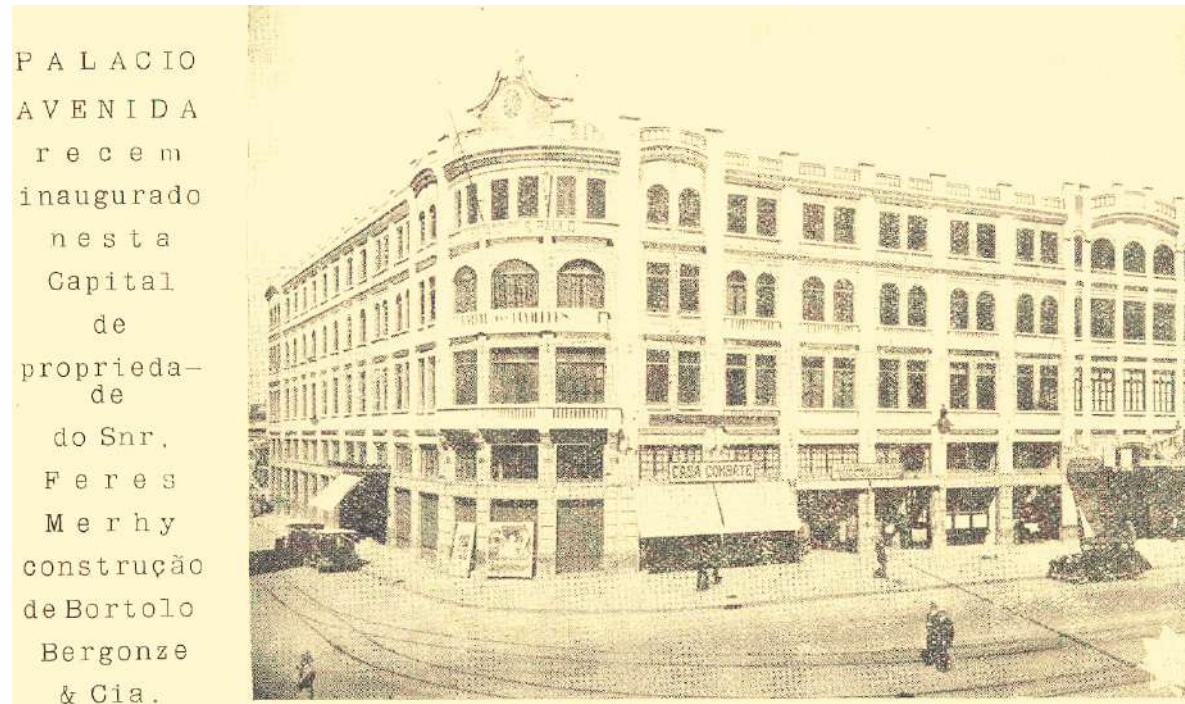


Figura 10: Anúncio do recém inaugurado Palácio Avenida. Fonte: Ilustração Paranaense, 1929.



Figura 13: Anúncio ocupação Palácio Avenida. Fonte: Almanach do Paraná, 1929



Figura 14: Anúncio Palácio Avenida. Fonte: Acervo Casa da Memória.



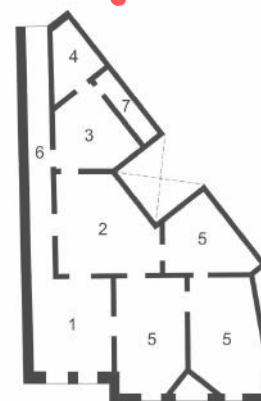
Figura 15: Sala de estar Cine Teatro. Fonte: Casa da Memória



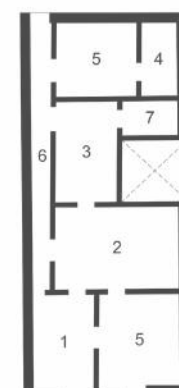
Figura 17: Entrada do Cine Teatro. Fonte: Casa da Memória.



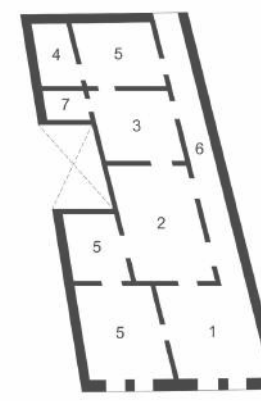
Figura 16: A mais luxuosa sala de espetáculos. Fonte: Casa da Memória



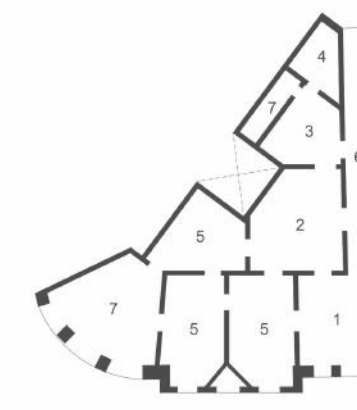
Unidade B



Unidade A



Unidade D



Unidade C

1. Sala de Visitas
2. Sala de Jantar
3. Cozinha
4. Banheiro
5. Quarto
6. Circulação
7. Não identificado